



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639105 - AM (2021/0004678-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : WALDEMIR MORAES TORRES  
**ADVOGADO** : WALDEMIR MORAES TORRES - AM011126  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**PACIENTE** : ALDAIR LUCAS GONCALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : BRUNO LUAN OLIVEIRA VAZQUEZ  
**CORRÉU** : PEDRO HENRIQUE DAMASCENO SANTOS  
**CORRÉU** : CAIO NOGUEIRA RIBEIRO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALDAIR LUCAS GONÇALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (HC n. 4002471-35.2020.8.04.0000).

O paciente foi preso preventivamente em 31 de agosto de 2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente não tem nenhuma sentença condenatória criminal e que não há fundamento para a manutenção da prisão preventiva, tendo em vista o princípio da presunção de inocência. Aduz ainda que o paciente sofre de constrangimento ilegal, já que está preso por muito mais tempo do que determina a lei.

Requer, liminarmente, a revogação de imediato da prisão preventiva decretada, expedindo de imediato alvará de soltura em favor do paciente, ou a prisão domiciliar conforme Recomendação CNJ n. 62/2020.

No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão impugnada está devidamente fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente